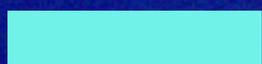


# Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ



2025

# Aos usuários de recursos hídricos:

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos se configura como um importante instrumento de gestão e tem por objetivo reconhecer a água como um bem público de valor econômico, visando dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar o uso racional e sustentável da água; obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e de saneamento; distribuir o custo socioambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água, e utilizar a Cobrança como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.

A Cobrança não é um imposto, e sim uma remuneração pelo uso de um bem público, cujo

preço é fixado a partir da participação dos usuários da água, da sociedade civil e do poder público no âmbito dos Comitês PCJ.

A cobrança de domínio do Estado de São Paulo nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí iniciou-se em 2007. A cobrança é calculada considerando os volumes de água captados (água superficial e água subterrânea), os volumes de água consumidos (não devolvidos) e a carga de DBO (carga orgânica) lançada nos corpos d'água pelos usuários sujeitos à Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

# Importância da Cobrança pelo uso da água:

Por muito tempo, a água foi considerada um recurso natural infinito. No entanto, com o crescimento da população e da atividade econômica, vem crescendo os impactos sobre as reservas de água, que são finitas. Desta forma, há a necessidade de estabelecer limites ao consumo

dos nossos recursos hídricos, bem como identificar todos aqueles que se utilizam desse bem público cada vez mais escasso, bem como incentivar a racionalização de seu uso, com objetivo de garantir água em boa quantidade e qualidade para as atuais e futuras gerações.

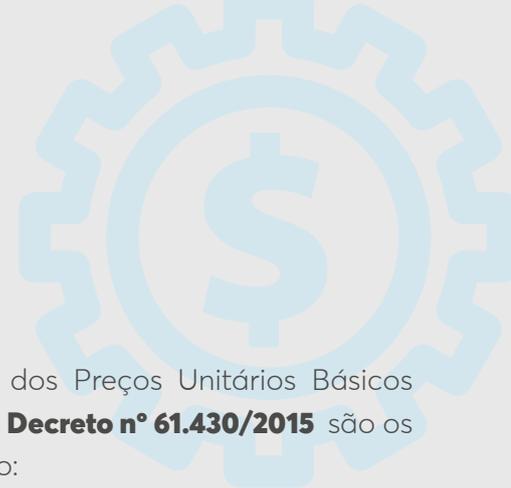
## O papel da Agência das Bacias PCJ:

Desde o ano de 2012, as atividades operacionais referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos são efetuadas pela Agência das Bacias PCJ, criada e instalada de acordo com as Leis nº 7.663, de 31/12/1991 e nº 10.020, de 03/07/1998, em cooperação com o SP Águas - Agência de Águas do Estado de São Paulo (antigo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

Cabe à Agência das Bacias PCJ, no exercício de suas funções, arrecadar, gerir e aplicar os recursos financeiros da cobrança em ações previstas no

Plano de Recursos Hídricos da Bacia de acordo com as diretrizes estabelecidas no plano de aplicação, ambos aprovados pelos Comitês PCJ. Os valores arrecadados com a cobrança retornam às Bacias PCJ em forma de projetos e obras que visam a melhoria em diversas áreas, como a de esgotamento sanitário, controle de perdas de água no abastecimento público, além de projetos com foco na política de preservação, recuperação e proteção de mananciais. Para consultar os projetos e intervenções financiados com os recursos da cobrança, **[acesse a página www.agencia.baciaspcj.org.br](http://www.agencia.baciaspcj.org.br)**.

# Mecanismos e valores da cobrança:



Os mecanismos de cálculo para a Cobrança PCJ no Estado de São Paulo estão estabelecidos na **Deliberação nº 48/2006 dos Comitês PCJ** e no **Decreto Estadual nº 50.667/2006**.

Os valores atuais dos Preços Unitários Básicos estabelecidos pelo **Decreto nº 61.430/2015** são os que seguem abaixo:

Tipos de Usos	Unidades	Valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs)
Captação, Extração e Derivação	R\$/m <sup>3</sup>	0,0127
Consumo de água bruta	R\$/m <sup>3</sup>	0,0255
Lançamento de carga orgânica (DBO <sub>5,20</sub> )	R\$/m <sup>3</sup>	0,1274

Os PUBs são multiplicados por coeficientes ponderadores, conforme definido no **Decreto nº 50.667/2006**, que possuem pesos atribuídos

pelos Comitês PCJ na **Deliberação nº 48/2006**, de acordo com as características específicas de cada uso da água.

$$\begin{aligned} \text{PUBCAP} \times X1 \times X2 \times X3 \times X5 \times X6 \times X7 \times X13 &= \text{PUFCAP} \\ \text{PUBCONS} \times X1 \times X2 \times X3 \times X5 \times X6 \times X7 \times X13 &= \text{PUFCONS} \\ \text{PUFLANÇ} \times Y1 \times Y3 \times Y4 &= \text{PUFLANÇ} \end{aligned}$$

A partir da multiplicação dos PUBs por esses diversos coeficientes, obtém-se o PUF (Preço Unitário Final) de cada parâmetro - Captação, Consumo e Lançamento de Esgoto. Por sua vez,

os PUFs são multiplicados pelo volume total anual de água bruta captado, pelo volume de água bruta consumido e pela carga orgânica total anual do efluente lançado.

PUFCAP x Volume anual de água captada (m<sup>3</sup>)



PUFCONS x Volume anual de água consumida (m<sup>3</sup>)



PUFLANÇ x Carga orgânica anual do efluente lançado (kgDBO)



\$

**VALOR TOTAL  
DA COBRANÇA**

## Legislação que regulamenta a cobrança, e correlatas:

- Lei nº 7.663, de 30/12/1991
- Lei nº 12.183, de 29/12/2005
- Decreto nº 50.667, de 30/03/2006
- Deliberação dos Comitês PCJ nº 48/2006, de 28/09/2006
- Decreto nº 61.430, de 17/08/2015
- Resolução Conjunta SERHS/SMA nº 01, de 22/12/2006
- Portaria DAEE nº 1630/2017, de 30/05/2017
- Portaria da Agência das Bacias PCJ nº 07, de 20/03/2018
- Portaria da Agência das Bacias PCJ nº 08, de 05/04/2018.

# Para receber a Cobrança 2025 em boleto único anual:



- a. Encaminhar solicitação, até **28 de fevereiro de 2025**, através do e-mail: [cobranca@agencia.baciaspcj.org.br](mailto:cobranca@agencia.baciaspcj.org.br). As solicitações realizadas com data posterior à acima referida **serão consideradas somente para o exercício de 2026**.
- b. Uma vez solicitada pelo usuário a emissão de boleto para cobrança em parcela única, o procedimento será automaticamente repetido nos anos posteriores, exceto se o próprio usuário solicitar o parcelamento da cobrança.

# Procedimentos para apresentação de volumes medidos em 2024 e previstos para 2025:

**LEIA ATENTAMENTE  
TODAS AS INSTRUÇÕES!**

- a. Os usuários que declararam volumes previstos de captação e/ou lançamento em 2024 deverão encaminhar os volumes efetivamente medidos em 2024, e poderão declarar os volumes previstos de consumo para 2025 para cada uso.
- b. O sistema que receberá as informações acima citadas será o **Portal do Usuário**, onde o link **"Informar Medição e Previsão"** estará acessível **no período de 02 a 31 de janeiro de 2025**. O Portal do Usuário poderá ser acessado no site da Agência das Bacias PCJ através de um link disponível no endereço abaixo:

<https://agencia.baciaspcj.org.br/instrumento-de-gesto/cobranca-pelo-uso-da-agua/>

### Atenção:

Para o deferimento dos volumes medidos será necessário anexar o certificado de calibração do equipamento medidor em formato **PDF**, para cada uso declarado, impreterivelmente até **31 de janeiro de 2025**, através do Portal do Usuário, e concordar com os termos da **Declaração de Responsabilidade**. O sistema fornecerá o **Comprovante de Envio** ao final do processo. A falta de dados e do envio do certificado de

calibração fará com que os volumes medidos declarados sejam **desconsiderados**, ou seja, o valor da cobrança de 2024 será recalculado utilizando os valores contidos nas respectivas Portarias de Outorga, e as **eventuais diferenças de cálculo serão acrescidas ao cálculo do valor a ser pago em 2025**. O link para declaração dos volumes se tornará inacessível no Portal do Usuário para declarações após o prazo acima especificado.

#### **O laudo de calibração do aparelho medidor deverá conter os seguintes itens mínimos:**

- Data de calibração do aparelho medidor
- Data de validade da calibração, que **deverá contemplar todo o período em que for realizada a medição (meses de janeiro a dezembro de 2024)**. Nos casos em que a calibração ocorreu no decorrer do período da medição, deverá ser apresentado um laudo válido anterior e o posterior à calibração **(neste caso, todos os certificados devem estar juntados em um só arquivo)**;
- Identificação da empresa responsável pela calibração

*Obs.: O arquivo em formato PDF contendo o laudo/certificado de calibração a ser anexado no Portal do Usuário não deverá ser salvo com caracteres (cedilha, til, acentos, etc.).*

- c.** Somente serão aceitas declarações **finalizadas com sucesso no sistema, situação em que será emitido comprovante de envio.**

- d. Após finalização do processo, os certificados de calibração anexados no sistema, o equipamento medidor e os volumes declarados serão analisados e deverão ser aceitos pelo SP Águas (Antigo DAEE), de acordo com o Decreto nº 50.667/2006. O resultado da análise estará disponível no Portal do Usuário até a emissão dos boletos de 2025.
- e. Não serão aceitos certificados de calibração do equipamento medidor emitidos por instituição que seja declarante de volumes medidos.
- f. **O acesso ao Portal do Usuário será realizado por meio do "login" e "senha", específicos para cada usuário, já utilizados pelo mesmo em anos anteriores. Caso o usuário não os possua, deverá solicitá-los através do link "Esqueci a senha". Será enviado um link de alteração de senha para o e-mail cadastrado junto à Agência das Bacias PCJ.**
- g. Para os usos em que houve declaração dos volumes previstos de consumo em 2024 e **NÃO** sejam apresentados os volumes efetivamente medidos no ano de 2024, no período descrito no item "b", serão recalculados os valores referentes a 2024 com os dados dos volumes de captação e de lançamento contidos nas respectivas Portarias de Outorga, e as eventuais diferenças de cálculo serão acrescidas no cálculo do valor a ser pago em 2025.
- h. Se o equipamento utilizado para medição ou a sistemática para coleta e armazenamento dos dados não forem aceitos, serão utilizadas as informações contidas nas respectivas Portarias de Outorga para o cálculo da cobrança.
- i. As declarações feitas por usuários que possuem usos em corpos d'água de domínio da União, através do sistema mencionado no item "b", não os eximem da necessidade de declaração de volumes à Agência Nacional de Águas e Saneamento - ANA, conforme procedimentos estabelecidos por esta.

# Boletos referentes ao exercício de 2025:

- a. Serão emitidas **até** 08 parcelas, com valor mínimo de R\$ 200,00.
- b. Para o ano de 2025, os vencimentos previstos das parcelas são os que seguem abaixo:

Mês de Referência	Data de Vencimento
Abril	30/04/2025
Mai	30/05/2025
Junho	30/06/2025
Julho	31/07/2025
Agosto	29/08/2025
Setembro	30/09/2025
Outubro	31/10/2025
Novembro	28/11/2025

- c. Usuários que possuem valor anual de cobrança de até R\$ 400,00, ou optaram pela parcela única anual, receberão um boleto, com vencimento em 30/04/2025.

**Importante:** Os boletos da Cobrança são enviados através de Correios para o endereço de correspondência do usuário cadastrado no banco de dados da Agência das Bacias PCJ (oriundos dos cadastros do SP Águas (antigo DAEE) ou quando atualizados pelo próprio usuário). Ressaltamos que a Agência das Bacias PCJ não possui sistema para envio automático dos boletos da Cobrança através de e-mail. Usuários que eventualmente não receberem os boletos do exercício de 2025 até o mês de abril por correspondência, ou necessitarem das segundas vias digitais, poderão solicitá-las para o endereço eletrônico: [cobranca@agencia.baciaspcj.org.br](mailto:cobranca@agencia.baciaspcj.org.br)

**Sempre informe à Agência das Bacias PCJ sobre qualquer alteração de endereço e de contato, para o recebimento de correspondência e comunicados eletrônicos.**

Para esclarecimentos complementares,

**indicamos os seguintes contatos:**



(19) 3437-2100  
Opção 01 (Cobrança)



[cobranca@agencia.baciaspcj.org.br](mailto:cobranca@agencia.baciaspcj.org.br)



**Agência das Bacias PCJ**

**Agência das Bacias PCJ**

Rua Alfredo Guedes, 1949 - 6º Andar - Sala 604  
Bairro Higienópolis - CEP 13416-901 | Piracicaba - SP  
(19) 3437-2100 | [www.agencia.baciaspcj.org.br](http://www.agencia.baciaspcj.org.br)